MENSAGEM N.º 3, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Encaminha Projeto de Lei que especifica.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE – ESTADO DE MINAS GERAIS:

1. A par de cumprimentá-lo cordialmente, submetemos ao abalizado exame dos ilustrados membros do Poder Legislativo, o incluso Projeto de Lei, que altera a Lei n.º 392, de 10 de abril de 2013, que “estabelece normas para regulamentar o funcionamento, remuneração, composição e organização do Conselho Tutelar do Município de Cabeceira Grande, disciplina o processo de escolha dos conselheiros, inclusive regras de transição e adequação ao processo unificado, ...” e dá outra providência.
2. O presente projeto de lei busca dá provimento, ainda que parcial, à solicitação provinda do Conselho Tutelar do Município de Cabeceira Grande, constante do Processo Administrativo n.º 105.157/2016.
3. Com isso, busca a matéria desvincular a remuneração dos membros do Conselho Tutelar do subsídio de Secretário Municipal (1/3), e com isso fixar monetariamente o valor remuneratório, sem qualquer aumento, mas apenas prevendo a sua fixação desvinculada, abrangendo no valor, o atual vencimento com a recomposição (revisão geral anual).
4. São essas, excelentíssimo senhor Presidente, as razões que ostentamos para apresentar o indigitado projeto de lei, solicitando que sua tramitação se dê em Regime de Urgência, na forma da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno cameral.

A Sua Excelência o Senhor
VEREADOR EDILSON MARIANO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande
Cabeceira Grande (MG)

(Fls. 2 da Mensagem n.º 3, de 22/2/2016)

5. A presente mensagem executiva e o projeto de lei por ela encaminhado estão instruídos pelo Documento 01: Cópia do Processo Administrativo n.º 105.157/2016 (3 páginas).

6. Ao cobro dessas ponderações, formulamos votos de estima e consideração, extensivamente a seus ilustrados Pares.

Atenciosamente,

ODILON DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais